

LINGUAGEM, SENTIDO E COGNIÇÃO

LANGUAGE, MEANING AND COGNITION

Dermeval da Hora¹

Universidade Federal da Paraíba/CNPq

Resumo: Nosso objetivo com essa proposta é desenvolver um estudo voltado para a atitude e a percepção do ouvinte em relação a questões que foram introduzidas em um instrumento aplicado a diferentes falantes de todo o Brasil, a ser detalhado na seção Metodologia. O suporte teórico a ser utilizado é o da Linguística Cognitiva associada à Sociolinguística Cognitiva. Este plano está assim estruturado: na seção 1, introduzimos, teoricamente, o desenvolvimento dos estudos linguísticos até a emergência da Sociolinguística Cognitiva; na seção 2, apresentamos um esboço sobre a Linguística Cognitiva, seguido na seção 3 por informações sobre a Sociolinguística Cognitiva; na seção 4, tecemos considerações sobre Cognição e Atitude; na seção 5, detalhamos alguns conceitos relacionados à Percepção; na seção 6, discorremos sobre a Metodologia que norteou a coleta de dados; e, na seção 7, as Referências.

Palavras-chave: Linguística; Linguística Cognitiva; Sociologia Cognitiva.

Abstract: Our objective with this proposal is to develop a study focused on the listener's attitude and perception in relation to questions that were introduced in an instrument applied to different speakers across Brazil, to be detailed in the Methodology section. The theoretical support to be used is that of Cognitive Linguistics associated with Cognitive Sociolinguistics. This plan is structured as follows: in section 1, we introduce, theoretically, the development of linguistic studies until the emergence of Cognitive Sociolinguistics; in section 2, we present an outline on Cognitive Linguistics, followed in section 3 by information on Cognitive Sociolinguistics; in section 4, we make considerations about Cognition and Attitude; in section 5, we detail some concepts related to Perception; in section 6, we discuss the Methodology that guided data collection; and, in section 7, References.

Keywords: Linguistics; Cognitive Linguistics; Cognitive Sociology.

1. Introdução

Entre os séculos VII e IV antes de Cristo, viveu, na Índia, Pānini. Sua Gramática sobre o sânscrito é considerada uma das primeiras gramáticas da humanidade. E o que isso tem a ver com a Sociolinguística e a Variação?

¹ Professor titular da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Possui doutorado em Linguística pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e estágio pós-doutoral e estágio sênior pela Vrije Universiteit – Amsterdã, Holanda. Pesquisador bolsista de produtividade do CNPq (Nível 1B). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9406653724224547>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9303-5664>. E-mail: dermeval.dahora@gmail.com.

Uma das preocupações de Pānini era o registro de aspectos fonético-fonológicos de forma criteriosa para que as articulações das palavras, ao longo dos rituais sagrados, não sofressem alterações nas suas realizações, pois isso era considerado uma afronta à celebração. Está aí uma prova de que já se percebia que se poderia ter mais de uma forma para dizer a mesma coisa.

Uma viagem ao longo do tempo leva ao século XIX, quando estudiosos começam a preocupar-se em comparar as línguas, verificando o que elas têm em comum, surgindo então os estudos comparatistas. Um deles, Wilhelm von Humboldt, que viveu entre 1767 e 1835, acreditava que o método da gramática comparativa permitiria que se entendesse melhor o desenvolvimento histórico dos povos que usassem as línguas analisadas, bem como a relação espiritual e intelectual desses povos com suas línguas. Ele contribuiu, também, para a etnolinguística, trabalhando com a língua basca e com o kawi (javanês antigo). Sua filosofia da linguagem influenciou linguistas e teorias posteriores, tanto no século XIX (com August Pott, Chajim Steinthal e Graziadio Ascoli) quanto no século XX (com Edward Sapir, Benjamin Whorf e Noam Chomsky e Morris Halle [1968]).

O que vai permear o estudo dos comparatistas é a possibilidade de mostrar o parentesco entre as línguas, identificando o que elas tinham em comum, mais do que o grau de variação entre as formas. Foi nesse sentido que, em 1808, Friedrich Schlegel publicou a obra *Sobre a língua e a sabedoria dos hindus*, considerada como o início dos estudos comparatistas na Alemanha. Seu estudo reforça a tese do parentesco entre o sânscrito e o latim, o grego, o germânico e o persa. A semelhança entre elas não poderia ser considerada como obra do acaso, mas merecia uma análise comparativa. Mais uma vez o sânscrito volta à tona.

Franz Bopp publicou importante estudo sobre o sistema das conjugações da língua sânscrita, comparado com o das línguas grega, latina, persa e germânica. É o primeiro estudo dedicado à gramática comparada, em que é feito o confronto dos verbos e suas conjugações em indo-europeu. Em sua obra *Gramática Comparativa*, Bopp determinou três objetivos: (a) realizar uma descrição da estrutura gramatical original das línguas, conforme o deduzido de suas intercomparações; (b) traçar suas leis fonéticas; (c) e investigar a origem de suas formas gramaticais.

Jacob Grimm, ao escrever a “Gramática Alemã”, aponta correspondências fonéticas sistemáticas entre línguas, como resultado de mudanças ao longo do tempo.

Utilizou, para isso, dados de 14 séculos do ramo germânico das línguas indo-europeias. Para Faraco (2005), a partir dos estudos de Grimm, fica claro que a sistematicidade das correspondências entre línguas tinha a ver com o fluxo histórico e, mais especificamente, com a regularidade dos processos de mudança linguística.

Entre 1794 e 1876, viveu Friedrich Christian Diez, considerado o fundador da Filologia Românica – que tinha como objetivo o estudo histórico-comparativo das línguas oriundas do latim. Duas de suas obras merecem destaque: *A Gramática das Línguas Românicas* (1863), e o *Dicionário Etimológico das Línguas Românicas* (1853). O farto material existente em latim permitiu um estudo comparativo mais refinado em comparação com outras línguas, para as quais a reconstrução era quase sempre hipotética. O uso da Filologia Românica contribuiu muito para o sucesso do método comparativo.

Até então, os estudos eram sempre baseados em textos escritos. Isso vai mudar com August Schleicher, que viveu entre 1821-1868. Ele acreditava que a língua é um organismo que exhibe períodos de desenvolvimento, maturidade e declínio. Como tal, pode ser estudada pelos métodos das ciências naturais. Desenvolvendo um sistema de classificação das línguas semelhante a uma taxonomia botânica, ele estabeleceu grupos de línguas relacionadas e os organizou em uma árvore genealógica. Seu modelo veio a ser conhecido como *Stammbaumtheorie*, ou “teoria da árvore genealógica”, e representou um grande desenvolvimento na história dos estudos indo-europeus ou, mais geralmente, na linguística histórica. Ele foi o primeiro a fazer o estudo de uma língua indo-europeia a partir da fala (lituano), importante passo metodológico para os estudos linguísticos.

Chega-se ao final do século XIX, e surge uma nova perspectiva de análise das línguas, rejeitando, até certo ponto, os estudos comparatistas, avançando no sentido de não ficar apenas se voltando ao passado, mas buscando explicações para os processos de mudanças que ocorriam internamente às línguas estudadas. Foi assim que surgiram os Neogramáticos. É o “Prefácio” assinado por Hermann Osthoff e Karl Brugmann (1967) em um manifesto no final do século XIX que dá origem ao movimento neogramático. Nele, são apresentadas duas propostas fundamentais: de um lado, a regularidade da mudança, previsível a partir das leis fonéticas. De acordo com essa hipótese, uma mudança sonora diacrônica afeta simultaneamente todas as palavras em que seu ambiente se encontra, sem exceção. De outro, a defesa da analogia, que substituiria o que não era possível de ser explicado pelas leis fonéticas (exemplo clássico de analogia é o de ‘honos’

que passa a ‘honor’, ‘honoris’ justificado por analogia a ‘amor’, ‘amoris’, em que o “s” é substituído pelo “r”).

Para os neogramáticos, o linguista deve, antes de tudo, aplicar-se ao estudo das línguas vivas e à tarefa de estabelecer as leis de seu desenvolvimento. Defendiam que o objeto de investigação linguística não é o sistema, mas, sim, o idioleto, ou seja, a língua conforme está localizada no indivíduo e, portanto, é diretamente observável.

Uma das figuras mais proeminentes dos Neogramáticos, Hermann Paul, publicou *Princípios fundamentais da história da língua* (1883). Para ele, fatores psíquicos e físicos determinam a língua enquanto objeto cultural. Com isso, defende que é no falante individual que reside o início da mudança linguística e sua propagação se dá na ação recíproca dos indivíduos.

Inúmeras críticas foram feitas às propostas neogramáticas, principalmente em relação aos dois princípios levantados: primeiro, a regularidade das leis fonéticas levada ao extremo; segundo; a analogia. Entre os críticos mais ferrenhos, encontra-se o linguista austríaco Hugo Schuchardt. Para ele, numa comunidade linguística, podem ser encontrados diferentes usos que podem estar subordinados a diferentes fatores, como sexo, idade, escolaridade, etc. Com esse pensamento, ele refuta a regularidade da mudança, tão defendida pelos neogramáticos.

Interessante observar que esse olhar de Schuchardt (1885) foi rechaçado por muitos contemporâneos, e a sua proposta não foi levada em consideração nos estudos realizados posteriormente, não motivando, portanto, avanços no início do século seguinte, marcado por um novo paradigma: o Estruturalismo.

Ferdinand de Saussure, figura central nos estudos linguísticos formais, propõe várias dicotomias. Entre as quais *langue x parole* defende que o objeto de estudo da Linguística é a *langue*, ou língua, não a fala. Ao separar língua e fala, Saussure vai defender que a fala é individual e a língua é social, mas a língua, embora social, não sofre alterações por influência da fala. Os estudos estruturalistas não buscavam encontrar explicações no contexto social para as formas alternativas de dizer a mesma coisa, mesmo tendo em Antoine Meillet (1912), um dos discípulos de Saussure, um defensor, como Schuchardt, da ideia de que fatores sociais podem interferir no uso linguístico. Para os estruturalistas, todas as explicações para os fenômenos linguísticos eram internas à própria língua.

De acordo com Guy (2010, p. 3), Saussure (1916) elevou a separação dos elementos sociais e formais da linguagem a um princípio teórico por meio de sua dicotomia entre *língua* e *fala*. Para Saussure, a *língua* é o aspecto abstrato e sistemático da linguagem, enquanto a diversidade social do uso da linguagem é atribuída à *fala*. As preocupações sociolinguísticas são remetidas à periferia do pensamento saussuriano, como o estudo da fala. A dicotomia de Saussure é reformulada por Chomsky como competência e desempenho, e, mais tarde, a língua I (internalizada) e a língua E (externalizada). *Competence / I-language* é o sistema linguístico mental que governa a produção – a gramática mental.

Só na segunda metade do século XX, é que estudos sistemáticos começam a levar em conta aspectos sociais como possíveis elementos que podem ou não condicionar os processos variáveis. William Labov, entre outros, é o principal representante desse novo rumo nos estudos linguísticos: a Sociolinguística. Seu trabalho seminal de 1966, *The Social Stratification of English in New York City*, traz grandes contribuições para os estudos linguísticos sob essa nova visão. Entre elas, a ideia de que a variação se situa também na língua, não apenas na fala, como pretendiam os estruturalistas.

Está-se, assim, diante de uma perspectiva que leva ao desenvolvimento de várias vertentes para estudar tanto o que pode ser considerado como variação como o que pode ser considerado como mudança. A primeira, vista como a possibilidade de dizer a mesma coisa de duas ou mais formas diferentes; a segunda, como sendo o processo de regularização da variação em que, das formas alternantes, apenas uma sobrevive.

É na década de 1970 que o Brasil toma conhecimento dos estudos variacionistas que foram iniciados por William Labov, adotando o método estatístico que determinava qual a probabilidade de uma variante ser selecionada, considerando aspectos estruturais, sociais e estilísticos. Vale lembrar que, no Brasil, alguns estudiosos já apresentavam propostas de usos diferenciados da língua no território nacional, a exemplo de Amadeu Amaral (1976), Antenor Nascentes (1953), Mário Marroquim (1996). Além desses, os estudos iniciados no âmbito da Dialetoлогия ou da Geolinguística já apontavam diferentes usos. No final dos anos 1960, e com base no falar carioca, Joaquim Mattoso Camara Júnior, numa perspectiva estruturalista, apresenta seu estudo voltado para aspectos fonológicos e morfossintáticos sobre o português brasileiro.

Posterior a isso, o diferente que surge é a proposta quantitativa, como mencionado anteriormente, pautada em um programa estatístico que objetivava apresentar a heterogeneidade linguística em uma comunidade de fala como passível de sistematização. O caos aparente que a língua falada representa é possível ser ordenado. Esse modelo teórico-metodológico, denominado de Teoria da Variação ou Sociolinguística Quantitativa, ou Sociolinguística Variacionista, surge no Brasil para ocupar um espaço e incentivar inúmeros estudos que começaram a ser implementados nos anos 1970 e que têm apresentado resultados muito produtivos.

Com a nova proposta, muitas vertentes foram surgindo, e, assim, hoje, podem ser mencionadas: a Sociolinguística Diatópica ou Dialetoлогия, a Socioparamétrica, a Sociolinguística Educacional, a Sociolinguística Histórica, a Sociofonética e a **Sociolinguística Cognitiva**, nosso objeto de análise no presente plano.

Nosso objetivo com essa proposta é desenvolver um estudo voltado para a atitude e a percepção do ouvinte em relação a questões que foram introduzidas em um instrumento aplicado a diferentes falantes de todo o Brasil, a ser detalhado na seção Metodologia. O suporte teórico a ser utilizado é o da Linguística Cognitiva associada à Sociolinguística Cognitiva.

Este plano está assim estruturado: na seção 1, introduzimos, teoricamente, o desenvolvimento dos estudos linguísticos até a emergência da Sociolinguística Cognitiva; na seção 2, apresentamos um esboço sobre a Linguística Cognitiva, seguido na seção 3 por informações sobre a Sociolinguística Cognitiva; na seção 4, tecemos considerações sobre Cognição e Atitude; na seção 5, detalhamos alguns conceitos relacionados à Percepção; na seção 6, discorremos sobre a Metodologia que norteou a coleta de dados; e, na seção 7, as Referências.

2. Linguística Cognitiva

A Linguística Cognitiva teve sua gênese nos anos 1980 como uma contraposição à proposta chomskyana e contou com trabalhos de Langacker (1987), Lakoff (1987, 1993), entre outros.

Segundo Geeraerts, Kristiansen, Peirsman (2010), a partir da Linguística Cognitiva, dois são os aspectos que levam a incorporar a variação social na investigação dos fenômenos linguísticos: o primeiro deles é a perspectiva semântica da Linguística

Cognitiva; o segundo é o fato de a Linguística Cognitiva se basear na *língua em uso*. Os dois aspectos são características definidoras, uma vez que estão no cerne do empreendimento linguístico cognitivo e determinam o desenvolvimento interno da abordagem.

Uma das características fundacionais da Linguística Cognitiva é o estudo do significado linguístico. Em Geeraerts; Kristiansen; Peirsman (2010, p. 3) fica evidente como o foco no significado constitui um princípio básico de coesão para a Linguística Cognitiva.

Os conceitos centrais da Linguística Cognitiva estão mutuamente relacionados porque derivam de um conjunto comum de fundamentos subjacentes: o princípio de que a língua é toda sobre significado, no sentido mais amplo possível, em combinação com quatro hipóteses específicas sobre a natureza do significado linguístico – que o significado é flexível e dinâmico, que é enciclopédico e não autônomo, que é baseado no uso e na experiência, e que é, por natureza, baseado na perspectiva.²

Porém, o significado não pode ser visto como algo isolado, ele existe em um contexto social a partir da interação entre as pessoas, e é graças a isso que a definição e a arquitetura básica da língua são reconhecidas pela Linguística Cognitiva como envolvendo não apenas cognição, mas cognição social e culturalmente situada. Nessa perspectiva, existe uma linha de trabalhos produzidos na Linguística Cognitiva (SINHA, 2007; ZLATEV, 2005; ITKONEN, 2003; VERHAGEN, 2005; HARDER, 2003) que analisam a maneira como o aparecimento da língua como tal e a presença de características específicas em uma língua só podem ser adequadamente concebidas se levarmos em conta o caráter socialmente interativo da linguagem.

Cada vez mais crescente na Linguística Cognitiva é a defesa de uma abordagem da língua baseada no uso. Dentre esses estudiosos, podem ser citados (LANGACKER, 1999; KEMMER E BARLOW, 2000; BYBEE E HOPPER, 2001; TOMASELLO, 2003; VERHAGEN E VAN DE WEIJER, 2003). Uma das concepções fundamentais das

² The central concepts of Cognitive Linguistics are mutually related because they derive from a common set of underlying fundamentals: the principle that language is all about meaning, in the broadest possible sense, in combination with four specific assumptions about the nature of linguistic meaning – that meaning is flexible and dynamic, that it is encyclopedic and non-autonomous, that it is based on usage and experience, and that it is perspectival in nature.

vertentes da linguística baseada no uso é que há uma relação dialética entre o uso da língua e o sistema linguístico.

A gramática não só constitui um repositório de conhecimento a ser empregado no uso da língua, mas também é o produto do seu uso. A primeira perspectiva considera os eventos de uso como instâncias específicas e reais do sistema linguístico. De acordo com essa visão, pode-se obter *insights* sobre o sistema da língua analisando os eventos de uso que o instanciam. Esta é uma forte motivação para a pesquisa empírica: os dados de uso constituem a base empírica da qual padrões gerais podem ser abstraídos. A última perspectiva considera os eventos de uso como a fonte empírica do sistema. Deste ponto de vista, os eventos de uso definem, e continuamente redefinem, o sistema linguístico de forma dinâmica. Como resultado, cada evento de uso pode redefinir ligeiramente o sistema da língua interna de uma pessoa. (GEERAERTS, KRISTIANSEN, PEIRSMAN, 2010, p. 5)

A linguística baseada no uso abre a perspectiva para que sejam incorporados estudos de base sócio-variacionista. Isso leva à necessidade de que seja analisada mais de perto a relação dialética entre sistema e uso, marca registrada da visão baseada no uso. Nessa visão dialética entre estrutura e uso, pode-se questionar a existência do sistema. Por outro lado, o uso na relação dialética facilmente se identifica. Ele existe na forma de exemplos reais de uso da língua, seja ativo ou passivo.

Tal posição envolve questões de ordem temática e de ordem metodológica. Do ponto de vista temático, uma abordagem baseada no uso deve promover campos de interesses específicos. De um ponto de vista metodológico, para se ter uma linguística baseada em uso é necessário que o estudo seja feito com base em *corpora* constituídos por dados eliciados ou produzidos em situação empírica de comunicação.

A partir do que está exposto acima, uma questão se levanta: onde se encontrar “estrutura”?

Analicamente, podemos argumentar da seguinte forma. Primeiro, a língua como estrutura é um fato social, como uma regularidade observável no uso da língua realizado por uma comunidade específica. Em segundo lugar, é ao mesmo tempo um fato cognitivo, porque os membros da comunidade têm uma representação interna das regularidades existentes (o sistema) que lhes permite perceber o mesmo sistema em seu próprio uso da língua. Em terceiro lugar, o mesmo mecanismo que permite que as regularidades coletivas existentes entrem nas mentes individuais é também o que permite que as regularidades surjam, ver influência mútua na interação social. As pessoas influenciam o comportamento umas das outras, basicamente por imitação cooperativa e

adaptação e, em alguns casos, por oposição e desejo de distinção. Prestar atenção ao que os outros fazem, mesmo que inconscientemente, cria uma representação mental das tendências coletivas no comportamento da comunidade; adaptando o próprio comportamento a essas tendências, reafirma e recria as tendências. E quarto, da mesma forma que as regularidades existentes emergiram da interação real, mudanças podem surgir; como tal, um grau de variação é um aspecto inevitável de qualquer estado sincrônico da língua. (GEERAERTS, KRISTIENSEN, PEIRSMAN, 2010, p. 5)³

Vale mencionar que as interações que reproduzem, perpetuam e mudam o sistema linguístico não ocorrem, ao mesmo tempo, envolvendo todos os membros de uma comunidade, simultaneamente, isto porque o processo de interação não se dá com todos os membros de uma comunidade linguística, mas com alguns membros a cada vez. Assim, pois, as interações comunicativas não são apenas eventos sociais, também refletem a estrutura social. Isso nos leva a assumir que o sistema linguístico não seja uniforme. Ao contrário, o próprio conceito de uma teoria de língua baseada no uso faz reconhecer a sua variedade interna, como tem sido estudada pela sociolinguística desde a segunda metade do século XX.

Apesar de haver um grande interesse na Linguística Cognitiva pela variação interna da língua, como demonstram autores a exemplo de Kristiansen (2003), Geeraerts (2003), Kristiansen e Dirven (2008), Croft (2009), esta variação continua sendo uma área pouco estudada. A Linguística Cognitiva, dado o fato de ser uma abordagem baseada no uso da língua e para a qual é incontornável a cognição, não pode se permitir trabalhar com a língua sem recorrer a dados reais de comunicação.

A estrutura teórica da Linguística Cognitiva, relativamente nova, incorporou mais pesquisas inspiradas socialmente e culturalmente e implementou métodos empíricos mais

³ Analytically, we may argue as follows. First, language as structure is a social fact, as an observable regularity in the language use realized by a specific community. Second, it is at the same time a cognitive fact, because the members of the community have an internal representation of the existing regularities (the system) that allows them to realize the same system in their own use of the language. Third, the same mechanism that allows the existing collective regularities to enter the individual minds is also the one that allows regularities to emerge to begin with, viz. mutual influence in social interaction. People influence each other's behavior, basically by co-operative imitation and adaptation, and in some cases by opposition and a desire for distinctiveness. Paying attention to what others do, however subconsciously, thus creates a mental representation of the collective tendencies in the behavior of the community; adapting one's own behavior to those tendencies, reafirms and recreates the tendencies. And fourth, in the same way that the existing regularities emerged from actual interaction, changes may emerge; as such, a degree of variation is an inevitable aspect of any synchronic state of the language.

avançados baseados em corpus em suas combinações experimentais. Na virada do século XXI, já estávamos preparados para uma nova mudança de paradigma, vale dizer a Sociolinguística Cognitiva.

Analisar os dados de que dispomos nos ajudará a testar tudo que foi aqui afirmado sobre a Linguística Cognitiva com o respaldo dos avanços da Sociolinguística Cognitiva.

3. Sociolinguística Cognitiva

O nome Sociolinguística Cognitiva foi primeiro proposto por Dirk Geeraerts no ano de 2003, em uma palestra na Universidade de la Rioja, Espanha. Sua fala teve o título *Usage-based implies variational: on the inevitability of Cognitive Sociolinguistics*. (Kristiansen; Ibañez, 2021).

Sabe-se que assim como há razões para a Linguística Cognitiva considerar a variação interna da língua e adotar uma perspectiva sócio-variacionista, o mesmo se pode dizer para a Sociolinguística. Os estudos sócio-variacionistas numa perspectiva da Linguística Cognitiva mal começaram. Ainda assim, a análise que apresentamos na seção anterior indica em que direção a resposta pode ser buscada: se o estudo do significado é o centro da Linguística Cognitiva, então é exatamente nesse domínio que se precisa buscar inovação e inspiração fluindo da Linguística Cognitiva para a Sociolinguística. Nessa abordagem, dois aspectos devem ser considerados: de um lado, podemos estudar a variação de significado e, de outro, o significado de variação. Logo, a Sociolinguística Cognitiva pode ser amplamente definida como a tentativa de buscar uma convergência da Linguística Cognitiva com a tradição da Sociolinguística.

Duas questões podem ser levantadas: por que a Linguística Cognitiva se voltaria para a pesquisa variacionista e por que a Sociolinguística se importaria com a Linguística Cognitiva?

A Sociolinguística Cognitiva, de acordo com Soares da Silva (2009, p. 191-212) mostra como intrinsecamente estão relacionadas as dimensões cognitiva e social da língua, bem como a perspectiva cognitiva e os métodos empíricos; ou seja, como podem ser combinados ‘cognitivo’, ‘social’ e ‘empírico’ nos estudos da língua.

Na introdução ao volume coletivo que institucionaliza a Sociolinguística Cognitiva, Kristiansen & Dirven (2008: 1-4) apontam quatro razões para justificar esta nova área: (i) reunir estudos sócio-cognitivos desenvolvidos no quadro da Linguística

Cognitiva mas ainda dispersos; (ii) estabelecer uma ligação recíproca e interdisciplinar entre a Sociolinguística e a Linguística Cognitiva; (iii) integrar a variação intralinguística na descrição e teorização da Linguística Cognitiva como consequência da sua orientação *baseada-no-uso*; e (iv) garantir a dimensão social da *recontextualização* da descrição linguística operada pela Linguística Cognitiva. As duas primeiras razões são mais circunstanciais, ao passo que as duas últimas emergem da própria natureza da Linguística Cognitiva. (SOARES DA SILVA, 2009, p. 191)

Tão natural quanto é para a Linguística Cognitiva estudar a variação do significado, é igualmente natural estudar o significado da variação, ou seja, a maneira pela qual os usuários da língua dão sentido à variação linguística e a maneira pela qual a variação linguística é significativa para eles. Em uma concepção de língua baseada no uso, assumimos que os usuários da língua têm uma representação cognitiva das interações comunicativas das quais participam: isso – em vez de algum dom genético – é seu “conhecimento da língua”. Mas como seu horizonte interativo inclui a variação linguística, eles também têm uma representação dessa diversidade. Eles categorizam a realidade social como refletida no uso da língua e nas diferenças de seu uso, e esse processo de categorização é tipicamente um dos fenômenos pelos quais a Linguística Cognitiva está interessada: 'significado como categorização' é uma espécie de slogan na Linguística Cognitiva.

Do ponto de vista da tradição sociolinguística, este é o ponto onde a Linguística Cognitiva se encontra com a dialetologia perceptiva e, em certa medida, com a psicolinguística. O que a Linguística Cognitiva pode trazer para este domínio de investigação são os vários modelos de categorização (como prototipicidade e modelos culturais) que ela desenvolveu ao lidar com categorias linguísticas em geral.

Nossa proposta é um trabalho voltado para atitude e percepção, observando como os ouvintes avaliam aspectos variáveis característicos de algumas comunidades linguísticas brasileiras, focando no nível fonético-fonológico do Português do Brasil.

4. Cognição e Atitude

No primeiro trabalho sobre atitude, Allport (1935, p. 801) afirmou que atitude era um dos conceitos fundamentais na psicologia social, e, na sociolinguística, tem sido um conceito central desde o trabalho seminal de Labov (1966) sobre a estratificação social

das comunidades de fala, e o modo como a mudança linguística é influenciada pelo prestígio e pelo estigma em relação a traços linguísticos específicos existentes nas comunidades. O conceito de atitude, contudo, nem sempre é facilmente delineado. Suas definições variam de acordo com o grau de elaboração e com o peso dado a diferentes traços de atitudes.

Oppenheim (1982, p. 39) também incorpora aspectos cognitivos e comportamentais, mas inclui em sua definição a elaboração das formas em que as atitudes são manifestadas: um construto, uma abstração que não pode ser diretamente apreendida. É um componente interno da vida mental que expressa a si mesmo, diretamente ou indiretamente, por meio de processo óbvios como estereótipos, crenças, afirmações verbais ou reações, ideias e opiniões, recordações seletivas, fúria ou satisfação ou alguma outra emoção e em vários outros aspectos de comportamento.

Esta definição de Oppenheim inicia com a afirmação explícita de que atitude é um construto psicológico. Os construtos não podem ser observados diretamente, e, assim, temos de confiar em nossas habilidades para inferi-las dos tipos de coisas que Oppenheim lista: reações emocionais, demonstrações, etc. O fato de não podermos observar diretamente as atitudes não significa que elas sejam fictícias, que só estamos imaginando coisas. Allport (1935, p. 839) afirma que as atitudes nunca são diretamente observadas, mas, a menos que sejam admitidas através de inferência como ingredientes reais e substanciais na natureza humana, elas se tornam impossíveis de ser consideradas satisfatoriamente ou pela consistência de algum comportamento do indivíduo ou pela estabilidade em alguma sociedade.

O status das atitudes como construto psicológico traz dificuldades para acessá-lo. Esta é a razão por que há sempre muitos debates sobre como podemos estudá-lo.

Além dessa característica básica de ser um construto, é útil adotar uma definição simples e então elaborá-la para que os vários aspectos sobre atitude sejam consensuais. Sarnoff (1970, p. 279) fornece tal definição: uma disposição para reagir favoravelmente ou desfavoravelmente a uma classe de objetos. Usando esta caracterização, é tomado como um dado que uma atitude é uma orientação avaliativa para um objeto social de algum tipo, quer seja uma língua, quer uma nova política governamental, etc. E assim, como uma ‘disposição’, uma atitude pode ser vista como tendo um grau de estabilidade que lhe permite ser identificada. Isto é reforçado pela concepção assumida por Garret,

Coupland e Williams (2003, p.3), segundo os quais uma atitude é, pelo menos, uma postura avaliativa suficientemente estável, que pode ser mensurada.

As atitudes têm uma estrutura tripartida, constituídas de componentes cognitivo, afetivo e comportamental. Cognitivo pelo fato de serem crenças sobre o mundo; afetivo, porque envolve sentimentos sobre determinados objetos; e comportamental, porque leva a agir de uma certa forma. Nessa proposta apresentada, a partir da reação do ouvinte em relação aos aspectos a serem detalhados na Metodologia, interessa-nos, principalmente, o componente cognitivo.

5. Variação e Percepção

A variação na fala pode ser detectada em diferentes níveis: intrafalante, interfalante, em nível da realização segmental, no contexto da palavra, etc. Normalmente, abordagens tradicionais relacionadas ao estudo de percepção da fala e ao processamento da língua falada ignoram essas níveis de variação e se pautam nas descrições fonêmicas abstratas imunes à variabilidade presente entre enunciados, falantes e contextos. Uma diferente abordagem, entretanto, reconhece que esses níveis de variação são consequências naturais da mudança linguística e investiga como a variabilidade é processada na percepção da fala.

Os pesquisadores que estão interessados em estudar a percepção da fala humana necessitarão considerar não só os efeitos da variação linguística nos falantes, mas também o impacto da variação dialetal e as implicações dessas diferenças para as tarefas de processamento da língua falada.

A despeito da relação óbvia entre pesquisa de percepção da fala e pesquisa sociolinguística sobre variação na produção da fala, pesquisadores de percepção da fala e sociolinguistas têm trabalhado de forma isolada, cada um realizando seu trabalho.

Os pesquisadores da fala estão interessados em descobrir formas de entender e modelar como as pessoas percebem, processam e codificam a língua falada e se debatem com questões sobre a invariância acústico-fonética no sinal da fala e com o papel dos diferentes tipos de variabilidade no processamento da língua. Além disso, os linguistas teóricos têm também trabalhado sob a hipótese de que a língua pode ser modelada como um sistema simbólico idealizado com representações subjacentes relativamente fixas. A variação no nível fonético não tem sido considerada relevante para entender, modelar ou

descrever a língua sob essa visão simbólica. Até recentemente, a variação na fala era tratada como uma fonte de ruído: isto é, como um conjunto de atributos que era irrelevante para as representações subjacentes sob as quais os processos simbólicos operavam. Assim, as diferenças fonéticas entre falantes eram tratadas como um conjunto indesejável de atributos que necessitavam ser reduzidos ou eliminados a fim de revelar as verdadeiras propriedades linguísticas subjacentes da mensagem. (CLOPPER; PISONI, 2005, p. 314).

Em contraste à abordagem tipicamente psicolinguística, os sociolinguistas descrevem a variação, como ocorre nos níveis social, regional e étnico, e eles têm se deparado com questões sobre as implicações sociais da variabilidade, tais como estereótipos, preconceito, e atitude linguística e sobre como elas têm impacto na sala de aula e no mercado de trabalho. Até recentemente, contudo, a questão de como a variação na língua é percebida, processada e codificada por ouvintes, a fim de permitir-lhes fazer julgamentos sociais baseados em amostras de fala tinha sido amplamente ignorada tanto por pesquisadores da fala como por sociolinguistas.

Pesquisadores que trabalham com os campos da sociolinguística e da percepção da fala têm fornecido muitas evidências para sustentar a noção de que a variação linguística entre os falantes que se deve a diferenças regionais e étnicas é real e robusta e é uma importante propriedade da língua falada. Sabemos menos do que os ‘leigos’ ouvintes sabem sobre essas fontes de variação. Enquanto os sociolinguistas gastam muito de seu tempo documentando a variação linguística que existe, os pesquisadores de percepção da fala têm devotado seu tempo e esforço a reduzir ou eliminar essas fontes naturais da variabilidade ou simplesmente ignorando-as inteiramente.

Há várias metodologias de pesquisa, contudo, que têm sido usadas para investigar a questão sobre o que os “leigos” ouvintes sabem sobre variação linguística étnica e regional. Algumas dessas metodologias experimentais se originam da psicologia social, tais como julgamentos de atitude e a técnica *matched-guise*. Outras têm sido desenvolvidas no campo da dialectologia perceptual, tais como as tarefas de *map-drawing*. Ainda outras se originam da linguística forense, como a imitação do sotaque e a caricatura. Finalmente, mais recentemente, vários pesquisadores têm explorado métodos experimentais desenvolvidos na psicologia cognitiva para explorar a percepção da variação nas tarefas de discriminação, identificação e categorização.

Para Klatt (1989), há importantes razões teóricas envolvidas na compreensão da variação dialetal e da percepção. A fim de melhor entendermos o processo de percepção da fala humana, necessitamos aprender mais sobre como as principais fontes de variação são percebidas e codificadas ao longo da mensagem linguística do enunciado.

Pesquisadores dos mais diversos campos – psicologia social, sociolinguística, linguística forense, psicolinguística e psicologia cognitiva – têm contribuído para o número crescente de estudos sobre a relação entre variação regional, social, étnica e a percepção da fala. Os resultados desses diferentes estudos, como afirmam Clopper e Pisoni (2005, p. 333-334) revelam que os ouvintes leigos são conscientes da variação linguística à medida que eles podem imitá-la, usá-la para identificar de onde são as pessoas e fazer julgamentos sobre as características sociais dos falantes.

Neste plano de trabalho, será testada a percepção do ouvinte em relação às variáveis analisadas, e como, a partir da percepção, julga o falante.

A partir do apresentado anteriormente, podemos levantar quatro questões fundamentais para nosso estudo:

- a) Como os usuários da língua percebem as diferenças lectais e como eles as avaliam em termos de atitude?

Nossa hipótese para essa questão é que os utentes da língua percebem as diferenças dialetais e também têm atitude positiva ou negativa diante de tais diferenças.

- b) Como funciona a estereotipagem linguística: como os usuários da língua categorizam outros grupos de falantes?

Em relação a tal questionamento, hipotetizamos que a estereotipagem linguística é sempre vista por alguém de fora do grupo. Em geral, não há avaliação, enquanto estereótipo, por falante de um mesmo grupo.

- c) Qual é o papel das distâncias linguísticas subjetivas e objetivas: existe uma correlação entre distâncias linguísticas objetivas, e atitudes em relação à língua?

Entendemos que distâncias linguísticas subjetivas são as não explícitas, enquanto as objetivas são as explícitas. Entendemos que sejam claras as distâncias linguísticas objetivas e as atitudes adotadas pelos ouvintes.

- d) Até que ponto os fatores atitudinais e perceptivos influenciam na mudança de idioma?

Para esse tipo de questão, nossa hipótese é a de que fatores atitudinais e perceptivos têm uma forte influência na mudança da língua.

A partir da análise a ser realizada, também veremos:

- i - qual a atitude do ouvinte em relação ao que ele ouve;
- ii - se avalia positivamente ou negativamente;
- iii - e também como ele, na escala proposta, situa o falante.

6. Metodologia

Nesta seção, apresentamos a nossa proposta metodológica, detalhando a amostragem que constitui o corpus a ser analisado e o instrumento utilizado em sua coleta.

6.1 Amostragem

O corpus a ser utilizado na pesquisa foi coletado a partir de um instrumento aplicado a 446 participantes, sendo 265 mulheres e 181 homens, oriundos das diferentes regiões do Brasil. Conseguimos essa diversidade na composição do corpus graças a um curso que ministramos online na época da pandemia, no ano de 2020. Esses participantes ainda foram estratificados, segundo o nível de escolaridade, distribuídos em analfabeto (10), quinto ao nono ano (22), ensino médio (140) e ensino superior (274). Além disso, também foi considerado o estado brasileiro onde residia o informante.

Nessa amostra, controlamos três variáveis linguísticas que envolviam a realização das consoantes oclusivas dentais /t,d/: a primeira delas foi a realização das oclusivas /t,d/ de forma não palatalizada, como é característico do falar paraibano, como ocorre em “po[t]i” ou em “des[d]i”. A segunda variável foi a realização da palatalização de /t,d/, resultante de uma assimilação progressiva, como em “[ot]o” e “do[dʒ]a”. A terceira foi a realização da variável /t,d/ como ocorre em Curitiba “lei[te]” e “des[de]”.

Sabemos que um falante pode ser tanto identificado como categorizado muito em função de sua fala. O trabalho com essas três variáveis poderá confirmar tal assertiva, uma vez estarmos diante de faces diferentes de uma mesma moeda, que é a variação do /t,d/.

6.2. Instrumento

Para cada uma das variáveis, foi gravada uma fala por um falante nativo da comunidade em que a realização era tal qual pedimos:

Vídeo 1: Trouxe lei[te] quen[te] des[de] ontem.

Vídeo 2: O [t]iroteio foi [d]iferen[ti] do [d]ia se[ti].

Vídeo 3: Às o[tj]o ele tinha fe[tj]o a tarefa.

No Vídeo 1, temos as variáveis /t, d/, realizadas em Curitiba como [t], [d], sem elevação da vogal média anterior /e/ seguinte.

No Vídeo 2, temos as variáveis /t,d/, realizadas como dentais [t], [d] mesmo com elevação da vogal média anterior /e/, passando a [i] ou mesmo diante de [i] em algumas capitais do nordeste, principalmente, João Pessoa, Recife, Maceió e Aracaju.

No Vídeo 3, temos a realização da variável /t/ como [tj], encontrada em João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador.

E, na sequência, o informante deveria assistir ao vídeo e responder as questões a seguir.

1. Preste atenção à fala que está ouvindo e, em seguida, marque com um X o(s) tipo(s) de sentimento(s) que essa fala lhe desperta.
2. Ainda em relação à fala ouvida, assinale a(s) característica(s) que a identificam.
3. Você acha que o(a) falante é de qual ou quais estado(s) do Brasil?
4. Pelo tipo de fala, você acha que essa pessoa tem que cor da pele?
5. Esse tipo de falante poderia exercer qual ou quais profissões?
6. Pra você, qual o nível de escolaridade do falante? (pode marcar até duas opções)
7. Se fosse atribuir ao falante uma classe social, qual seria? (pode marcar até duas opções)
8. Preste atenção à fala que está ouvindo e, em seguida, marque com um X um dos números da escala, que vai de 1 a 5, os traços de personalidade que você acha poder detectar a partir do que ouve.

1 = muito agradável 2. 3. 4. 5= muito desagradável

1 = muito precisa 2. 3. 4. 5= imprecisa

1 = muito profissional 2. 3. 4. 5= muito pouco profissional

1 = muito sociável 2. 3. 4. 5= muito pouco sociável

1 = muito inteligente 2. 3. 4. 5= muito pouco inteligente

1 = muito tranquila 2. 3. 4. 5= muito pouco tranquila

1 = muito segura 2. 3. 4. 5= muito insegura

1 = muito confiável 2. 3. 4. 5= muito pouco confiável

A escolha dos adjetivos foi feita a partir de um teste piloto aplicado a algumas pessoas. A partir dessas questões, podemos traçar uma avaliação do ouvinte considerando sua atitude e sua percepção na perspectiva da Sociolinguística Cognitiva, atentando para a Linguística Cognitiva, uma vez que ela estuda a variação do significado, que é igualmente natural estudar o significado da variação, ou seja, a maneira pela qual os usuários da língua dão sentido à variação linguística, a maneira pela qual a variação linguística é significativa para eles.

O pano de fundo mais geral para essas questões concretas é a busca de diferenças entre as variedades no uso, as distâncias entre elas, e talvez até a atitude em relação a cada uma delas. A Linguística Cognitiva pode se relacionar com pesquisas sociolinguísticas sobre atitudes linguísticas.

Segundo Labov (2010), a cognição não se limita ao conteúdo do que está sendo dito, mas é sensível à variação sistemática na forma como a mensagem é transmitida, fornecendo informações sobre as características sociais dos falantes e as relações com o destinatário ou o público.

O tratamento dos dados, as análises descritiva e inferencial e a elaboração dos gráficos serão conduzidos utilizando a linguagem R (R CORE TEAM, 2019), por meio do ambiente RStudio (RSTUDIO TEAM, 2018).

Essa pesquisa será implementada durante o período que estivermos ligado à Universidade Federal da Paraíba, enquanto professor visitante.

7 Referências

ALLPORT, G. Attitudes. In: MURCHISON, C. (ed.). *A handbook of social psychology* (vol. II). Worcester: Clark University Press, 1935.

ALLPORT, G. The historical background of modern social psychology. In: LINDZEY, G. (ed.). *Handbook of social psychology: theory and method* (vol. I). Cambridge: Assison- Wesley, 1954, p. 3-56.

AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. 2. ed. São Paulo: HUICITEC; Secretaria de Ciência e Tecnologia, 1976.

BYBEE, Joan; HOPPER, Paul. *Frequency and the Emergence of Linguistic Structure*. Amsterdam: John Benjamins, 2001.

CHOMSKY, Noam e HALLE, Morris. *The sound pattern of English*. New York: Harper e Row, 1968.

CLOPPER, Cynthia G.; PISONI, David B. Perception of dialect variation. In: PISONI, David B.; REMEZ, Robert E. *The handbook of speech perception*. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.

CROFT, William. Toward a social cognitive linguistics. In: Vyvyan Evans & Stéphanie Pourcel (eds.), *New Directions in Cognitive Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 395-420, 2009.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica*. São Paulo: Parábola, 2005.
GAERAERTS, Dirk; KRISTIANSEN, Geet; PEIRSMAN, Yves. *Advances in cognitive sociolinguistics*. Berlin / New York: Mouton de Gruyter, 2010.

GARRET, Peter; COUPLAND, Nikolas; WILLIAMS, Angie. *Investigating language attitudes: social meanings of dialect, ethnicity and performance*. Cardiff: University of Wales Press, 2003.

GUY, Gregory R. Sociolinguistics and formal linguistics. In: WODAK, Ruth; JOHNSTONE, Barbara; KERSWILL, Paul. *The Sage Handbook of Sociolinguistics*. London: SAGE Publications Ltd., 2010.

HARDER, Peter. The status of linguistic facts: Rethinking the relation between cognition, social institution and utterance from a functional point of view. *Mind and Language* 18: 52-76, 2003.

ITKONEN, Esa. *What is Language? A Study in the Philosophy of Linguistics*. Turku: , Åbo Akademis tryckeri. 2003.

KEEMER, Suzanne; BARLOW, Michael. Introduction. In *Usage-Based Models of Language*, Michael Barlow and Suzanne Kemmer (eds.), vii–xxviii. Stanford: CSLI Publications.

KLATT, D. H. Review of sected models of speech perception. In: MARSLEN-WILSON, W. (ed.). *Lexical representation and process*. Cambridge: MA – MIT, 1989.

KRISTIANSEN, Gitte How to do things with allophones: Linguistic stereotypes as cognitive reference points in social cognition. In: Rene Dirven, Martin Pütz and Roslyn Frank (eds.), *Cognitive Models in Language and Thought*. CLR 24, 69120. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2003.

KRISTIANSEN, Gitte et al. *Cognitive Sociolinguistics Revisited*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2021.

LABOV, William. Principles of linguistic change. Vol. 3: cognitive and cultural factors. United Kingdom: Wiley-Blackwell, 2010.

LABOV, William. *The Social Stratification of English in New York City*. 2. ed. Washington, D.C.: Center for Applied Linguistics, 1966.

LAKOFF, G. Cognitive Phonology. In: GOLDSMITH, J. (Ed.). *The last phonological rule: reflections on constraints and derivations*. Chicago/London: University of Chicago Press, 1993. p. 117-145.

LAKOFF, G. *Women, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

LANGACKER, Ronald W. *Foundations of cognitive grammar: theoretical prerequisites*. v. 1. Stanford: Stanford University Press, 1987.

LANGACKER, Ronald W. A dynamic usage-based model. In *Grammar and Conceptualization*, Ronald W. Langacker, 91-145. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1999.

MARROQUIM, Mário. *A língua do Nordeste – Alagoas e Pernambuco*. Curitiba: HDLivros, 1996.

MEILLET, Antoine. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion Éditeur, 1948 [1912].

NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. 2. ed. Rio de Janeiro: Simões, 1953.

OPPENHEIM, B. A exercise in attitude measurement. In G.M. Breakwell, H. Foot & R. Gilmour (eds.). *Social Psychology: A Practical Manual*. London: Macmillan Press, 1982.

OSTHOFF, Hermann; BRUGMANN, Karl. Preface to “Morphological investigations in the sphere of the indo-european languages I”. In: LEHMANN, Winfre (org.). *A reader in nineteenth-century historical indo-european linguistics*. Bloomington, London: Indiana University Press, 1967, cap. 14, p. 197-209.

PAUL, Hermann. Princípios fundamentais da história da língua. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983, p. 59-130.

R CORE TEAM. *R: A language and environment for statistical computing*. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria, 2019.

RSTUDIO TEAM. *RStudio: Integrated Development Environment for R*. Boston, MA, 2018. URL: <<http://www.rstudio.com/>>.

SARNOFF, I. Social attitudes and resolution of older and younger adult speakers: the influence of communication effectiveness and noise. *Psychology and Aging*, 5, p. 514-519, 1970.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHUCHARDT, Hugo. Ueber die Lautgesetze. Gegen die Junggrammatiker. Berlin: Oppenheim, 1885.

SINHA, Chris. Cognitive linguistics, psychology and cognitive science. In: Dirk Geeraerts & Hubert Cuyckens (eds.), *Handbook of Cognitive Linguistics*, New York: Oxford University Press, 1266-1294, 2007.

SOARES DA SILVA, Augusto. A Sociolinguística Cognitiva: razões e escopo de uma nova área de investigação linguística. *Revista Portuguesa de Humanidades – Estudos Linguísticos* 13-1, 2009, pp. 191-212.

TOMASELLO, Michael. *Constructing a Language: A Usage-Based Theory of Language Acquisition*. Cambridge: Harvard University Press, 2003.

THURSTONE, L. *The measurement of social attitudes*. *Journal of abnormal and social psychology*, 26, p. 249-269, 1931.

VENHAGEN, Urie. *Constructions of Intersubjectivity: Discourse, Syntax, and Cognition*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

VENHAGEN, Urie; VAN DE WEIJER, Jeroen. Introduction. In *Usage-Based Approaches to Dutch*, Arie Verhagen and Jeroen van de Weijer (eds.), 1–6. Utrecht: LOT, 2003.

ZLATEV, Jordan. hat's in a schema? Bodily Mimesis and the grounding of language. In *From Perception to Meaning: Image Schemas in Cognitive Linguistics*, Beate Hampe (ed.), 313-342. Berlin/New York: Mouton de Gruyter. 2005.